



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

- 1 – CONCURSO PÚBLICO**
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



CONCURSO PÚBLICO

CONCURSO PÚBLICO

Edital nº 1/2013

Analista Legislativo

Analista de Sistemas – Área I (Desenvolvimento de Sistemas) – Código 101

Analista de Sistemas – Área II (Administração de Rede) – Código 102

Analista de Sistemas – Área III (Suporte Técnico) – Código 103

Consultor Administrativo – Código 201

Consultor Legislativo – Área I (Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais) – Código 301

Dentista – Código 401

Enfermeiro – Código 501

Engenheiro Eletricista – Código 601

Relações Públicas – Área I (Relações Públicas) – Código 701

Relações Públicas – Área II (Cerimonial) – Código 702

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, de acordo com o disposto no inciso III do *caput* do art. 37 da Constituição da República, no § 2º do art. 21 da Constituição do Estado e no art. 5º da Resolução nº 5.195, de 4/7/2000, decidiu, em sua reunião de 5/9/2016, prorrogar, por dois anos a contar de 26/9/2016, o prazo de validade do concurso público para o Analista Legislativo, nas especialidades de Analista de Sistemas – Área I (Desenvolvimento de Sistemas) – Código 101; Analista de Sistemas – Área II (Administração de Rede) – Código 102; Analista de Sistemas – Área III (Suporte Técnico) – Código 103; Consultor Administrativo – Código 201; Consultor Legislativo – Área I (Interlocução Social e Desenvolvimento de Projetos Institucionais) – Código 301; Dentista – Código 401; Enfermeiro – Código 501; Engenheiro Eletricista – Código 601; Relações Públicas – Área I (Relações Públicas) – Código 701; Relações Públicas – Área II (Cerimonial) – Código 702; realizado nos termos do Edital nº 1/2013 e homologado em 26/9/2014.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/9/2016**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2015, da deputada Arlete Magalhães e outros, que dá nova redação ao § 1º do art. 60 da Constituição do Estado (assegura representação proporcional entre deputados e deputadas, assegurando-se ao menos uma vaga para cada sexo na constituição da Mesa e das comissões na ALMG). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art.13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.561 a 4.564 e 4.591 a 4.596/2016, do deputado Cabo Júlio; 5.357/2016, do deputado Wander Borges; 5.422, 5.425, 5.426, 5.437 e 5.469/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 5.423 e 5.424/2016, do deputado Noraldino Júnior.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.081 e 5.082/2016, do deputado Carlos Pimenta; 5.106 a 5.112 e 5.114/2016, da deputada Geisa Teixeira; 5.258 a 5.261/2016, do deputado Glaycon Franco; 5.274 a 5.278/2016, do deputado Wander Borges; 5.294 a 5.302/2016, da deputada Geisa Teixeira; 5.350/2016, do deputado Braulio Braz; 5.363 a 5.365/2016, do deputado Glaycon Franco; e 5.442/2016, do deputado Anselmo José Domingos.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.594/2015, do deputado Wander Borges; 3.646/2016, do deputado Douglas Melo; 3.660/2016, do deputado Braulio Braz; e 3.665/2016, do deputado Arnaldo Silva.

Requerimento nº 5.482/2016, da deputada Marília Campos.



Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.331/2016, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 5.465 e 5.466/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro, e 3.521/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 5.404 e 5.441/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 5.436/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.440/2016, do deputado Felipe Attiê; e 5.457/2016, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:



Em turno único: Projeto de Lei nº 3.541/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Requerimentos nºs 5.084/2016, do deputado Braulio Braz; 5.334/2016, do deputado Wander Borges; e 5.336 e 5.492/2016, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/9/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.598/2016, do deputado Douglas Melo, e 3.649/2016, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2016, às 13 horas, em Capitólio, com a finalidade de, em audiência pública, debater a situação de impasse em que se encontram a comunidade do município e o Ministério Público Federal no que se refere à ocupação das margens do Lago de Furnas e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2016.

Fred Costa, presidente.

**PARECER SOBRE O VETO TOTAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.126/2016****Comissão Especial****Relatório**

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe confere o art. 90, VIII, combinado com o art. 70, II, da Constituição Estadual, vetou integralmente a proposição de lei em epígrafe, que “dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002”.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 178/2016, publicada no “Diário do Legislativo” em 5/08/2016.

Cumpridas as formalidades regimentais, a proposição foi distribuída a esta comissão especial para receber parecer, nos termos do art. 111, II, combinado com o art. 222 do Regimento Interno.

Fundamentação

Na Mensagem nº 178/2016 o Governador adota como razão para o veto total o fato de que, a despeito de a proposição contribuir para a regularização fiscal junto ao Estado e possibilitar o desenvolvimento sustentável, uma vez que as empresas que pretendem se perpetuar no mercado tenderão a adotar o pagamento por meio de formação de base florestal necessária às suas atividades, o parcelamento da forma em que foi proposto não poderá alcançar a finalidade pretendida.

Fundamenta ainda o governador que atualmente o parcelamento de débitos não tributários decorrentes de infrações ambientais é regulamentado pelo Decreto nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014, e a existência de dois sistemas de parcelamento distintos pode gerar insegurança jurídica ao administrado, bem como dificuldades na tramitação do processo administrativo.

Foram apresentados também argumentos favoráveis ao veto da proposição, respectivamente, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e pela Secretaria de Estado de Fazenda – Sef/MG.

A Semad afirma que *“a proposição encontra-se em dissonância com a legislação vigente, a qual determina que no critério de atualização monetária deverá ser aplicada exclusivamente a taxa SELIC, que já engloba em sua formação os juros moratórios e a correção monetária, não podendo ser cumulado com IPCA ou outra forma de atualização monetária, conforme consta nos arts. 2º e 4º da proposição”*.

A Sef/MG, por sua vez, alega que a proposição se omite ao não tratar sobre importantes temas, tais como o estabelecimento de multa de mora pelo descumprimento da obrigação de reposição florestal na modalidade recolhimento à conta de arrecadação da reposição florestal, à semelhança da multa aplicada pela falta de pagamento, pagamento a menor ou intempestivo de tributo; a estipulação da incidência de juros de mora sobre os débitos decorrentes do descumprimento da obrigação de reposição florestal na modalidade recolhimento à conta de arrecadação da reposição florestal e da respectiva multa, com base no critério adotado para a cobrança dos débitos federais; e a criação da possibilidade de parcelamento do crédito relativo à falta de pagamento do débito de reposição florestal, estabelecendo requisitos a serem observados, sem prejuízo das regras gerais disciplinadas em Ato Normativo da Secretaria de Estado de Fazenda.

Em face das ponderações aqui aduzidas, torna-se razoável o acolhimento do veto total encaminhado pelo Executivo.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do veto total à Proposição de Lei nº 23.126/2016.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2016.

Vanderlei Miranda, presidente e relator – Rogério Correia – Fred Costa – Bonifácio Mourão (voto contrário).

**ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 5/9/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Deise Caetano da Silva, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência;

nomeando Felipe Martins Caetano, padrão VL-21, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, e 22.086, de 2/5/2016, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, da Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/2008, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 2/8/2016, o servidor Roberto Wudson Feijó, CPF nº 270.105.466/49, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-51, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, 22.086, de 2/5/2016, da Lei complementar nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, e do Parecer nº 5.289, de 17/12/2012, da Procuradoria-Geral desta Secretaria, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 4/7/2016, o servidor Domingos Jose Dias Neto, CPF nº 420.778.186/20, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-31, classe II, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 65/2016****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 142/2016**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 19/9/2016, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de licença de *software* de controle virtual de entrega de aplicações.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2016.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



TERMO DE CONTRATO Nº 43/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sociedade Mineira de Cultura, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Objeto: prestação de serviços técnico-acadêmicos na área de Geografia. Vigência: 10 meses contados da assinatura. Licitação: Inexigível, com base no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.